

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE POLICIAL
RODOVIÁRIO FEDERAL
EDITAL n.º 002/2008 – PRF, DE 23 DE JULHO DE 2008

O COORDENADOR DE ENSINO DA COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **retificação** do **caput** e dos subitens **1.8, 2.2, 4.2.1.1, 6.1, 7.9, 19.31 e 19.32** do Edital n.º 001/2008 – PRF, de 18 de julho de 2008, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de julho de 2008, bem como dos conhecimentos gerais e atualidades, da redação dos tópicos 1 e 3 dos conhecimentos de informática para a especificação das versões do BrOffice e do Mozilla Thunderbird, dos conhecimentos referentes à legislação de trânsito e dos tópicos 1 e 4 dos conhecimentos de Direito, constantes do subitem 20.2.1 do mesmo edital, que passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

"O COORDENADOR DE ENSINO DA COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o cancelamento das provas **marcadas para o dia 9 de dezembro de 2007**, torna pública a reabertura de inscrições, estabelece normas relativas à devolução de taxa de inscrição e à confirmação de inscrição, bem como restabelece normas relativas à realização do concurso público destinado ao provimento de vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto e de acordo com os termos da Lei n.º 8.112/1990, de 11/12/1990, e suas alterações; da Lei n.º 9.654, de 02/06/1998, e suas alterações; do Decreto n.º 1.655, de 03/10/1995; do Regimento Interno do DPRF/MJ, aprovado pela Portaria do Ministério da Justiça n.º 1.375, de 02/08/2007; do Decreto n.º 4.175, de 27/03/2002; do Decreto n.º 4.734/2003, de 11/06/2003; da Portaria do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado n.º 450, de 06/11/2002; das Instruções Normativas n.º 01 – DPRF/MJ, de 25/09/2007, n.º 02 – DPRF/MJ, de 25/09/2007, n.º 04 – DPRF/MJ, de 05/10/2007 e n.º 05 – DPRF/MJ, de 07/11/2007 e n.º 01 – DPRF/MJ, de 18/07/2008; da Lei n.º 11.358, de 19/10/2006, **da Medida Provisória n.º 431, de 14 de maio de 2008**, bem como das demais normas contidas no presente edital.

1.8 As demais fases da primeira etapa serão realizadas nas cidades de Belém/PA e de Cuiabá/MT, **em dias consecutivos**, conforme opção de estado de vaga escolhida pelo candidato no momento da inscrição.

2.2 LEGISLAÇÃO: Regido pela Lei n.º 9.654/98 e pela Lei n.º 11.358/2006, artigo 9.º, e **pela Medida Provisória n.º 431, de 14 de maio de 2008.**

4.2.1.1 O candidato deverá, ainda, encaminhar, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, cópia legível do CPF e do comprovante de pagamento de inscrição para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso DPRF (devolução de taxa), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, postada, impreterivelmente, até o dia **11 de agosto de 2008.**

6.1 Será realizado exame de habilidades e de conhecimentos mediante aplicação de prova objetiva e de prova de redação, ambas de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os objetos de avaliação constantes do item 20 deste edital, conforme o quadro a seguir.

PROVAS/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO
	Raciocínio Lógico e Matemático	10	
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	10	
	Conhecimentos de Informática	10	E

	Legislação de Trânsito	30	CLASSIFICATÓRIO
	Conhecimentos de Direito	10	
(P ₂) Redação	–	–	

7.9 Será considerado REPROVADO no exame de capacidade física e, conseqüentemente, eliminado do concurso público o candidato que:

7.9.1 deixar de realizar algum dos testes;

7.9.2 não for considerado aprovado no Teste de Natação, em conformidade com o subitem **7.6.3**;

7.9.3 não obtiver desempenho mínimo de 2,00 (dois) pontos em pelo menos um dos seguintes testes: teste em barra fixa, teste de impulsão horizontal e teste de corrida de doze minutos;

7.9.4 não obtiver, no mínimo, **3,00** (três) pontos na média aritmética dos pontos atribuídos aos seguintes testes: teste em barra fixa, teste de impulsão horizontal e teste de corrida de doze minutos;

7.9.5 não comparecer para a realização dos testes;

7.9.6 não apresentar atestado médico específico.

19.31 As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação **deste edital** serão objeto de avaliação, ainda que não mencionadas nos objetos de avaliação constantes do item 20.

19.32 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação **deste edital**, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação, salvo se listada nos objetos de avaliação constantes do item 20.

20.2.1 Nas provas objetivas, serão avaliados, além das habilidades, conhecimentos, conforme especificação a seguir.

(...)

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES DAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE:

1.Características do relevo e da vegetação. 2.O sistema urbano: a rede urbana, cidades médias e pequenas. 3.Espaços rurais: atividades e população. 4.A frente de povoamento e as características da população: composição etária, escolaridade, níveis de renda e tipos de ocupação. 5.As migrações e os conflitos sociais. 6.Organização do espaço econômico regional: atividades produtivas e dinâmica regional. 7.A população indígena e as áreas de preservação ambiental. 8.Os movimentos sociais, os conflitos de terra e os problemas ambientais.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA: 1.BrOffice **versão 2.4** (...). 3(...), Mozilla Thunderbird **versão 2** (...).

(...)

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: 1. Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, e suas atualizações; 2. Resoluções do CONTRAN, e suas alterações, publicadas no D.O.U. relacionadas a seguir: n.º 04, de 23/01/1998, publicada em 26/01/1998; n.º 14, de 06/02/1998, publicada em 12/02/1998; n.º 24, de 21/05/1998, publicada em 22/05/1998; n.º 25, de 21/05/1998, publicada em 22/05/1998; n.º 26, de 21/05/1998, publicada em 22/05/1998; n.º 32, de 21/05/1998, publicada em 22/05/1998; n.º 36, de 21/05/1998, publicada em 22/05/1998; n.º 53, de 21/05/1998, publicada em 22/05/1998; n.º 82, de 19/11/1998, publicada em 20/11/1998; n.º 110, de 24/02/2000, publicada em 10/03/2000; n.º 128, de 06/08/2001, publicada em 03/09/2001; n.º 132, de 02/04/2002, publicada em 12/04/2002; n.º 136, de 02/04/2002, publicada em 09/04/2002; n.º 146, de 27/08/2003, publicada em 02/09/2003; n.º 149, de 19/09/2003, publicada em 13/10/2003, republicada em 16/10/2003; n.º 152, de 29/10/2003, publicada em 13/11/2003, republicada em 22/12/2003; n.º 160, de 22/04/2004, publicada em 11/06/2004; n.º 165, de 10/09/2004, publicada em 23/09/2004; n.º 168, de 14/12/2004, publicada em 22/12/2004, republicada em 22/03/2005; n.º 202, de 25/08/2006, publicada em 11/09/2006; n.º 205, de 20/10/2006, publicada em 10/11/2006; n.º 206, de 20/10/2006, publicada em 10/11/2006; n.º 210, de 13/11/2006, publicada em 22/11/2006; n.º 211, de 13/11/2006, publicada em 22/11/2006; n.º 231, de 15/03/2007, publicada em 21/03/2007; n.º 254, de 26/10/2007, publicada em 21/11/2007; n.º 258, de

30/11/2007, publicada em 06/12/2007; n.º 262, de 14/12/2007, publicada em 27/12/2007; n.º 269, de 15/02/2008, publicada em 25/02/2008; n.º 274, de 25/04/2008, publicada em 13/05/2008; e n.º 277, de 28/05/2008, publicada em 09/06/2008.

CONHECIMENTOS DE DIREITO: 1.DIREITO CONSTITUCIONAL. 1.1.Direitos e garantias constitucionais: direitos sociais; cidadania e direitos políticos (...). 4.DIREITO ADMINISTRATIVO. 4.1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 4.2.Organização administrativa da União; administração direta e indireta. 4.3.Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. 4.4.Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 4.5.Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; 4.6.Lei n.º 8.112, de 11/12/90, publicada no D.O.U. de 12/12/90 e posteriores atualizações (regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União). 4.7.Lei n.º 4.878, de 3/12/65, publicada no D.O.U. de 6/12/65 (dispõe sobre as peculiaridades do regime jurídico dos funcionários públicos civis da União e do Distrito Federal, ocupantes de cargos de atividade policial). 4.8.Lei n.º 8.429, de 2/6/92, publicada no D.O.U. de 3/6/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências). 4.9. Lei n.º 9654, de 2/6/98, publicada no D.O.U. de 3/6/98 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal e dá outras providências). 4.10. Decreto n.º 1.655 de 3/10/95, publicado no D.O.U. de 4/10/95 (define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências). 4.11. **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. (...).**

Brasília-DF, 23 de julho de 2008.

RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Coordenador de Ensino